



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: RUBINHO NUNES

7ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PL127/23
LOCAL: CÉU FREGUESIA DO Ó
DATA: 15 DE ABRIL DE 2023

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) - Presente os Vereadores: Coronel Sales, Fabio Riva, Rodrigo Goulart, Rubinho Nunes e Silva da Bancada Feminista.

Na qualidade de Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos na 10ª audiência pública de 2023, a 7ª audiência ao “PL 127/2023 - Autor: Executivo - RICARDO NUNES - Dispõe sobre a revisão intermediária do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, aprovado pela Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014, nos termos da previsão de seu art. 4º.”

Informo que essa reunião está sendo transmitida, ao vivo, através do endereço www.saopaulo.sp.leg.br/transparência/auditorios on-line e pelo YouTube canal da TV Câmara São Paulo, Facebook da Câmara Municipal de São Paulo.

Essa audiência vem sendo publicada desde o dia 3 de abril no *Diário Oficial da Cidade*; dia 5, no jornal *O Estado de S.Paulo*; e dia 6, no jornal *Folha de S.Paulo*. As inscrições para pronunciamento podem ser feitas neste momento junto à secretaria da Comissão, na mesa à minha esquerda, à direita de vocês.

Foram convidados para essa audiência: Marcos Duque Gadelho, Secretário Municipal de Urbanismo e Licenciamento - SMUL, representado pelas Sras. Patrícia Hassan, Coordenadora de Participação e Heliana Artigiani, Coordenadora da Planurb; Eduardo de Castro, Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente; Marcos Monteiro, Secretário Municipal de Infraestrutura e Obras – Siurb, representado pelo Sr. Sérgio Gim; Alexandre Modonezi de Andrade, Secretário Municipal das Subprefeituras, representado pela Sra. Maria Fernanda Willy Fabro e Sr. Rafael Pollastrini Murolo, DGUOS – Departamento Geral de Uso e Ocupação do Solo; Aline Torres, Secretária Municipal de Cultura; Ricardo Teixeira, Secretário Municipal de Mobilidade e Trânsito; João Siqueira de Farias, Secretário Municipal de Esportes e Lazer; Carlos Bezerra Júnior, Secretário Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS; Aline Pereira Cardoso de Sá Barabinoç, Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho; Dario José Barreto, Subprefeito de Jaçanã-Tremembé, representado pelo Sr. Rogério Alves, Coordenador de SPU – Supervisão Técnica de Planejamento Urbano; João Neto,

Subprefeito de Santana/Tucuruvi; Roberto de Godoi Carneiro, Subprefeito de Vila Maria/Vila Guilherme; Guaracy Fontes Monteiro Filho, Subprefeito de Casa Verde; Sérgio Rodrigues Gonelli, Subprefeito da Freguesia do Ó/Brasilândia; Luciana Torralles Ferreira, Subprefeita de Perus/Anhanguera; Marcos Antônio Zerbini, Subprefeito de Pirituba/Jaraguá; Dr. Marcus Vinicius Monteiro dos Santos, Promotor Secretário do Ministério Público do Estado de São Paulo; Dr. Florisvaldo Antônio Fiorentino Júnior, Defensor Público da Defensoria Pública Geral.

Antes de passar aos itens da pauta, pergunto às Sras. e Srs. Vereadores presentes se querem fazer uso da palavra, de maneira inicial. (Pausa)

Passo a palavra ao Vereador Coronel Salles.

O SR. CORONEL SALLES – Sr. Presidente Rubinho Nunes, quero cumprimentar V.Exa.; nosso Líder de Governo, Vereador Fabio Riva; Vereadora Silvia da Bancada Feminista; nosso relator, Vereador Rodrigo Goulart. Quero agradecer e cumprimentar toda comunidade da zona Norte presente: urbanistas, especialistas moradores, pessoas que pensam na organização da cidade. As palavras são de agradecimento pela participação de todos, para que a gente consiga fazer uma cidade mais acessível, com trânsito melhor, com oportunidades melhores.

Existe uma teoria no urbanismo chamada de Cidade de 15 minutos, em especial para as pessoas da melhor idade. Temos aqui representantes, porque a longevidade é uma realidade gigantesca. É nesse sentido que a gente pensa em melhorar a vida das pessoas, em especial no que tange às moradias de Habitação de Interesse Social e habitação de mercado popular também, para que a gente consiga ficar mais próximo das estações de metrô, e as escolas fiquem mais próximas. Que a gente consiga ter equipamentos públicos de saúde, nesse sentido.

Agradeço, Sr. Presidente, a generosidade de abrir a palavra e dizer que nós estamos aqui para ouvir; mais do que falar, para ouvir.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado Coronel Salles. Passo a palavra ao Líder do Governo, Vereador Fabio Riva.

O SR. FABIO RIVA – Bom dia todos, Sras. e Srs. Vereadores, é uma fala muito

rápida. Como o Coronel Salles já disse, hoje é dia de ouvir. Mas gostaria apenas de fazer um destaque Sr. Presidente com referência a questão habitacional, as Zonas de Interesse Social da cidade São Paulo. Eu, que tenho uma luta do movimento de moradia, fiz uma solicitação que foi atendida já na questão do Executivo, que é para promover o maior adensamento populacional em Zonas de Interesse Sociais as ZEIS 1 e ZEIS 5, dotadas de infraestrutura: como transporte público, como o metrô, e a gente aumentar o limite máximo do Coeficiente de Aproveitamento em 50%. Passando de 4, o gabarito de 4 para 6 vezes o tamanho do terreno.

Com isso, a gente consegue colocar mais gente, atender principalmente a faixa 1, que vai de zero a três salários mínimos; conseguir de uma forma ou outra, minimizar cada vez mais o déficit habitacional na cidade de São Paulo, lembrando que a cidade São Paulo, até o final dessa gestão Bruno Covas/Ricardo Nunes, vamos bater um recorde histórico na cidade, com mais de 50 mil unidades habitacionais que serão entregues. Sabemos do nosso desafio. É importante, tem aqui os movimentos de luta por moradia, temos uma voz forte e, com certeza, nós vamos conseguir implementar cada vez mais Zonas de Interesse Social na cidade São Paulo.

Era essa minha fala.

Muito obrigado e uma ótima audiência pública a todos.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado Vereador Fabio Riva.

Convido a Sra. Heliana Artigiani, Coordenadora da Planurb, para que faça a apresentação do Plano Diretor.

A SRA. HELIANA ARTIGIANI – Bom dia. Bom dia senhoras e senhores. Bom dia Vereadora, Vereadores.

- A oradora passa a se referir a imagens exibidas em tela de projeção.

A SRA. HELIANA ARTIGIANI – Vou fazer uma apresentação, tentar ser breve e já informar para vocês que a nossa apresentação completa, que tem quase uma hora de duração,

está disponível no *site* do Plano Diretor SP e que a gente consegue ter acesso a todas as informações detalhadas do Plano.

Hoje, vou mostrar de forma geral, principalmente para poder dar tempo de ouvir as contribuições da população.

Vou fazer uma breve introdução no assunto, mostrar para vocês a linha do tempo em relação ao que nós trabalhamos para chegar nesse projeto de lei, frisar os resultados dos processos participativos da etapa 3, que foi a última etapa que nós realizamos e as características, os principais itens do projeto de lei.

Essa revisão intermediária do Plano Diretor ficou estabelecida no próprio plano de 2014 e estava definida para acontecer em 2021. Em virtude da pandemia e das dificuldades que tivemos, principalmente, em fazer o processo participativo amplo, nós conseguimos alterar esse prazo, ter um pouco mais de prazo para poder realizar e finalizamos agora em março. Ela correu de forma participativa em três etapas sucessivas, possibilitando o necessário aprofundamento das análises técnicas para elaboração da proposta do projeto de lei encaminhada para o Legislativo.

A nossa linha do tempo começou lá em 2021 mesmo com um trabalho que a gente faz, que é contínuo de Planurb, o monitoramento do Plano Diretor. Esse trabalho é contínuo e também está previsto na lei, é uma das inovações que esse plano trouxe. Então, à medida que os instrumentos, as ações são realizadas, aquilo que está lá definido no Plano Diretor, a gente faz um monitoramento e coloca isso também à disposição da população. A partir disso, nós realizamos um documento bastante robusto olhando para aquilo que foi aplicado do plano e apresentamos para alguns conselhos e fizemos uma etapa prévia disso. Isso ajudou que a gente conseguisse também fazer o nosso diagnóstico, que é pegar esses resultados que a gente tinha do monitoramento e fazer uma leitura de forma cruzada para chegar no diagnóstico, naquilo que estava, que a gente percebia que estava acontecendo na cidade, em relação à aplicação do plano.

Levamos esse diagnóstico no início da etapa 1 para a população, através dos canais

de participação, oficinas Participe Mais, audiências e reuniões com o intuito principalmente de ouvir a população e saber também quais eram os problemas que eles percebiam; levamos os nossos para poder ouvir o deles. A partir disso, nós elaboramos um relatório que a gente chamou de escopo da revisão, que nada mais é do que verificar aquilo que nós encontramos de problema, que eram problemas passíveis de revisão. E, ouvida a população, refazer esse cruzamento dessas informações com aquilo que nós encontramos: o problema. E a população também encontrou e aquilo que estava definido na lei, que essa revisão tinha principalmente o intuito de fazer ajustes para que o objetivo que está na própria lei seja cumprido.

Esse foi o relatório do escopo da revisão que nós elaboramos. Levamos isso para a população, de novo em setembro, depois de um processo de transformar todos os nossos documentos em documentos acessíveis. Hoje, se vocês forem buscar na nossa página, Plano Diretor SP, os documentos elaborados estão num formato diferente daquele convencional, porque ele está num formato acessível para aqueles aplicativos de acessibilidade do computador, principalmente.

Também canais de participação, aqui, um pouco mais a gente teve formulário físico e reunião com Conselho, a agenda indígena, que também foi bastante interessante e um seminário presencial, que foi promovido no final da Etapa 2. De novo fizemos a sistematização das contribuições, aprofundamos os temas e produzimos relatórios temáticos e a primeira proposta da lei que foi a minuta prévia.

Levamos para a população novamente, no início da etapa 3, através dos canais de participação e o produto é esse projeto de lei que estamos apresentando para vocês hoje. A etapa 3 foi composta por 20 atividades participativas, principalmente com os Conselhos e aquilo que estava de forma *on-line*, Participe Mais e os formulários. Três audiências públicas presenciais e virtuais e debates com os 16 conselhos municipais. No total, a gente tem 4.388 contribuições válidas que nós lemos, observamos, sistematizamos e fizemos as respostas.

Então, aqui está uma síntese do que são esses números. Como a gente estava trabalhando com a minuta, a maior parte das contribuições também veio nesse formato dos

artigos que eram, que estavam sendo propostos naquele momento. Então, o artigo que mais teve contribuição foi o artigo 15 da minuta prévia, as áreas não computáveis nos eixos, as vagas de garagens; o segundo, cota de solidariedade; e o terceiro são relacionados às alterações dos fatores sociais. Na verdade, são os fatores que incentivam ou oneram a construção civil. Esses foram os artigos que tiveram maiores contribuições.

Agora, em relação aos temas, o tema que apareceu em muitas contribuições foi em relação às áreas verdes e o Quadro 7 e, em segundo lugar, os eixos de estruturação e transformação urbana, também tivemos uma discussão bastante grande sobre esse assunto dentro do processo participativo.

Todo esse processo, apresentação de diagnósticos, escopo da revisão, análise técnica com trabalho intersetorial foi o que a gente conseguiu fazer em todas essas etapas para poder apresentar a minuta e, agora, o PL. É importante a gente frisar que Planurb é uma Coordenadoria dentro de SMUL, é responsável pela elaboração do Plano Diretor, mas o trabalho, além das contribuições do processo participativo, foi um trabalho falando com as outras secretarias, falando com os outros departamentos da própria SMUL para poder chegar nessa minuta. Então, além da nossa análise técnica e da análise jurídica da Secretaria.

No final, temos um produto: a revisão desse Plano Diretor, que tem 390 e alguma coisa, quase 400 artigos, e a gente tem uma proposta de alteração em 75 artigos, que é dividida em 12 capítulos.

Aqui eu tenho uma estrutura do que é o Plano hoje. Então são cinco títulos, vários capítulos por título e a gente fez algumas alterações em alguns desses pontos. Então, só para a gente ter uma visão geral, o Título I é *Da abrangência dos conceitos, princípios e objetivos*; o II, *Da ordenação territorial*; o III, *Da política e dos sistemas urbanos e ambientais*; o IV, *Da gestão democrática do sistema municipal de planejamento urbano*; e o V, *Disposições transitórias*. Então, esses são os títulos e os principais temas do Plano Diretor.

A nossa proposta interfere em cada um desses títulos nesses itens. O título I está relacionado principalmente às mudanças climáticas, onde a gente propõe que em qualquer ação

que seja feita na cidade hoje também tem que ser observado aquilo que está no Plano de Mudanças Climáticas nacional. No título II, a gente fala de ZEIS, HIS-1 e HMP. As principais mudanças nas propostas são em relação à regulamentação dos conselhos gestores de ZEIS, ZEIS 1 e 3 principalmente. Nos empreendimentos de EZEIS, nas ZEIS 2 e ZEIS 5, localizadas na área de influência do eixo de estruturação e transformação urbana, a gente vai estar com a proposta de acréscimo de 50% do coeficiente de aproveitamento. E o HIS, a principal modificação é no sentido de melhorar, aperfeiçoar aquilo que está definido no plano como controle da destinação dessas unidades para a população adequada. Então, é esse o controle que a gente está iniciando o aprimoramento.

Na Zepec, a inclusão de área de proteção específica para áreas indígenas demarcadas bem como lugares históricos e culturais da população negra, em prol do reconhecimento e preservação dos respectivos modos de vida e patrimônio cultural.

Nos eixos, a maior mudança que a gente está propondo aqui é em relação a como fica a situação dos eixos propostos no Plano Diretor à medida que, com o decorrer do tempo, com o decorrer da necessidade de planejamento do transporte coletivo, alguma alteração seja feita. Então, a gente está colocando regramento para, se for preciso fazer alteração, como é que isso vai se dar.

Os instrumentos de política urbana e gestão ambiental são aquilo que eu falei: inclusão dos conceitos do Plano Nacional de Adaptação e Mudança do Clima.

Dos instrumentos indutores da função social da propriedade, a inclusão da possibilidade de desapropriação por hasta pública, que é a desapropriação através de leilão. Então, é a possibilidade de promover um leilão público para destinação dos imóveis ociosos na cidade.

Consórcio imobiliário, já está definido no Plano Diretor. Ele tem uma redação difícil, vamos dizer assim; então, a gente está fazendo um aprimoramento da regulação à luz do que está definido no Estatuto da Cidade. O Estatuto da Cidade teve uma alteração, e o Plano Diretor, não. Então, a gente está agora deixando ele em conformidade com o Estatuto da Cidade.

A cota de solidariedade é um instrumento também que a gente teve bastante contribuição no processo participativo, e o que a gente verificou tanto com o que veio com o processo participativo tanto com o nosso diagnóstico é que alguns ajustes podiam ser necessários na questão principalmente da obrigação. A cota de solidariedade, para empreendimentos de mais de 20 mil metros de área construída, tem uma obrigação de doação ou de terreno, ou de recursos para o Fundurb ou de construção de HIS e destinação para as famílias corretas. A gente viu que tinha um descompasso entre aquilo que é doação de terreno e depósito no Fundurb; então a gente está sugerindo aumentar de 10% do valor para 20% do valor equivalente. São umas contas meio complicadas, mas é de 10 para 20. A gente está aumentando a obrigação do proprietário nesses dois tipos.

Na outorga onerosa, na verdade o ajuste é bastante pequeno, é relacionado aos perímetros de incentivo; e o outro ajuste é uma questão de corrigenda em relação ao texto, na atualização anual do cadastro, do valor de terrenos para fins de outorga onerosa, que é o quadro 14. Então, é só um ajuste.

Transferência do direito de construir. A gente está propondo ajustes procedimentais, incluindo a possibilidade de aplicação em áreas de parques, propostas no quadro 7. O quadro 7 é onde tem toda a área verdade de Prefeitura.

Nos instrumentos de ordenamento e reestruturação urbana, a gente está incluindo mais um instrumento, que é o reordenamento urbanístico integrado.

Nas operações urbanas e as AIUs, que são as áreas de intervenção urbana, têm uma obrigação de que o recurso arrecada por essas operações – tanto a operação quanto a AIU – seja de 25%, destinado para habitação. A gente está propondo que passe de 25% para 30%. Então, aquilo que é arrecadado na operação urbana ou aquilo que é arrecada na AIU, que 30% sejam destinados para a construção de HIS.

Instrumentos de gestão ambiental. Inclusão de previsão de lei específica para definir os critérios de EIV/RIV.

Os instrumentos de regularização fundiária, a gente está fazendo a remissão ao

marco legal da Reurb. Então, trazer para o Plano Diretor que ele olhe também para Reurb para poder fazer os trabalhos de regularização fundiária.

A política de desenvolvimento econômico sustentável tem dois instrumentos, definidos no Plano Diretor de 2014, que a gente viu pouca atividade nesses lugares. Na verdade, ele define perímetros: um chama de perímetro, o outro chama de polo. A gente viu que eles estavam concomitantes. O que a gente fez foi simplificar a lei, trazendo os dois para o mesmo regulamento. Então, ao invés de ter perímetro e polo, a gente vai ter só o polo de desenvolvimento econômico para facilitar a aplicação e para poder facilitar também a criação de incentivos para essas regiões na cidade.

Do sistema de infraestrutura. Complementação dos critérios para admissão dos equipamentos de infraestrutura em qualquer das macroáreas e zonas de uso da cidade. Então, é um ajuste também para aplicação e para facilitar a implantação de infraestrutura na cidade.

Política e saneamento: sistema de saneamento ambiental, remissão ao marco legal do saneamento básico da política municipal de segurança hídrica e das águas.

Da política e sistema de mobilidade, a inclusão da previsão e elaboração do Plano Municipal de Rotas Acessíveis e a inclusão da previsão e elaboração do plano municipal de rotas acessíveis e a inclusão da elaboração do plano municipal de transporte hidroviário.

Em relação ao sistema de parques, o Sapavel, a atualização da redação com inclusão de tipologias de parque no sistema e previsão da integração dos parques lineares propostos, que foram implantados, e a redefinição do fundo municipal de parques.

Aos sistemas de equipamentos urbanos e sociais, a inclusão dos indígenas dentro dos grupos de proteção integral prioritários e a inclusão e previsão de elaboração de planos de educação ambiental e ampliação da rede de CRAS, CREAs, entre outros.

A gestão democrática, a atualização do CMTU, conselho importante para a política urbana da cidade. Estava com um conselho, um representante faltando. A gente está fazendo a proposta de incluir uma pessoa, um representante do Conselho Municipal de Pessoa com Deficiência.

Outra coisa que veio bastante também do processo participativo que entra, nesse item, são os planos de bairro e a sua integração com o sistema de planejamento. Então, fazer a regulamentação, a gente está trazendo outros itens, para a gente poder fazer a regulamentação dos planos de bairro e colocar esse instrumento também no sistema de planejamento da cidade.

Nas exposições transitórias, algumas atualizações, nos quadros, nos quadros de parques. Como a gente já tinha falado, há algumas outras questões, principalmente para serem levadas em consideração na revisão da Lei de Uso e Ocupação do Solo.

Então, esses são os principais itens, os itens mais importantes da revisão. Os outros que a gente tem lá, nos 75 artigos, eles são bastantes relacionados também a facilitação não, mas a simplificação dos procedimentos, fazer com que realmente a gente consiga ter aplicação do plano do jeito que ele foi pensado lá em 2014 e que a gente consiga, a partir da nossa realidade de hoje, aplicar e ter resultado na cidade.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado.

Quero convidar a Vereadora Sandra Santana, para que tome assento à Mesa conosco. Desde já agradeço a presença.

Obrigado, Vereadora. (Palmas)

Também queria registrar a presença do Vereador Eliseu Gabriel, que nos acompanha, de forma virtual. Mesmo com gripe, não deixou de acompanhar a audiência. Agradeço o Vereador.

Pergunto à Vereadora Sandra se ela gostaria de fazer uso da palavra inicialmente.

(Pausa)

Tem a palavra a Vereadora Sandra Santana.

A SRA. SANDRA SANTANA – Pessoal, bom dia.

É uma palavra rápida, até porque o dia hoje não é fala nossa, não é Vereador? Cumprimento aqui todos os Colegas da Câmara, Rubinho Nunes, nosso Presidente, Serginho, Subprefeito, pessoal da equipe técnica e pessoal do CEU.

Enquanto estava ali sentadinha, vendo a apresentação, eu fiz aqui umas breves anotações, que eu acho importantes a gente ressaltar. A gente sempre pensa no HIS, que é extremamente importante, mas a gente também tem que pensar no desenvolvimento local, não é, Vereador, Coronel Salles? A gente tem que pensar também no desenvolvimento local e levar a possibilidade de crescimento para todas as regiões. Isso gera renda, isso gera emprego, isso muda um pouco a característica; e a cidade não é só a região central. Ela é principalmente composta das áreas periféricas. Aliás, eu diria que a população das áreas periféricas é o que faz a cidade girar. Então, isso é uma questão que está sendo abordada aí e depois, com certeza, vocês vão poder dar muita contribuição. A participação popular também é extremamente importante. Eu sinto até que aqui poderia estar um pouco mais cheio. É tão importante o tema. É tanta discussão que a gente tenta promover e aí eu já digo que, nessa semana, nós combinamos. Já havia conversado com o Vereador Rubinho Nunes. A CCJ, da qual eu sou Presidente, ela também colaborar com a discussão da revisão do plano diretor. Nós estaremos fazendo mais cinco audiências além das audiências já programadas pela Comissão de Política Urbana. Além das audiências temáticas das outras comissões, a CCJ também entra com a contribuição e um dos pedidos que nós fizemos é que a Brasilândia também tenha um espaço de voz. Então, nós estamos marcando a data. Será tocada pela CCJ. Fechando a data, a gente já está definindo local e horário, Vereador Rubinho, e a gente já vai inclusive divulgar para a população, porque quanto mais as pontas, quanto mais as lideranças das franjas da cidade participarem, melhor, com certeza, vai ser a questão da revisão do plano.

E aqui também foi dito do plano de bairro. Eu era Subprefeita de Perus. Em 2008, nós deixamos prontinho o plano de bairro, tanto o distrito Perus como o de Anhanguera. Foi o primeiro, e nós fizemos, Coronel Salles, com o recurso do crédito de carbono. O plano de bairro é extremamente importante. É a organização territorial e a participação de novo. Eu falo que a participação popular é fundamental. Quando nós tivemos a discussão do plano de bairro, está incluído no plano de metas, assim como a questão do urbanismo social, que a gente já vem inclusive trabalhando com algumas propostas para o Prefeito Ricardo Nunes aqui nessa região.

Então, deixo aqui o meu abraço e o meu agradecimento pela participação de todos, e desejo que a Freguesia do Ó possa dar uma contribuição considerável aí na revisão do PDE.

Bom dia.

Aliás, posso falar quem chegou, que chegou ali? O Edilson Ventureli, do Instituto Baccarelli, que é o gestor dos novos CEUs. Está aqui presente. É amigo e parceiro. É o dono da casa. Venha aqui, Edilson, pertinho aqui. O Edilson é um grande parceiro. Com certeza, ele vai receber aí as demandas e ele tem ajudado bastante, nos locais onde a gestão do CEU faz parte do Baccarelli. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Não havendo mais inscritos, peço à mesa que traga as inscrições populares. Quero lembrar a todos que desejarem fazer as suas manifestações, as inscrições estão abertas a nossa esquerda. Basta apresentar o nome e nós convidaremos.

De antemão, quero destacar que a audiência pública é regida na forma do Regimento Interno da Câmara Municipal de São Paulo. Portanto, o prazo de manifestação popular deve exprimir exatamente o que determina o Regimento Interno, que é o prazo de três minutos. A direita, para quem quer fazer as explanações, nós temos uma tela com o cronômetro, e eu peço que todos respeitem o prazo, especificamente para cumprir o regimento. Não é uma questão de opinião dos membros da comissão nem desta Presidência, mas sim de cumprimento à norma vigente na Câmara.

Para iniciar, convido a Sra. Cremildes Jesus da Silva, da Associação Futuro Melhor, Vila Nova Cachoeirinha, para que faça uso da palavra. Sra. Cremildes pode utilizar o microfone, ao nosso lado. (Pausa) Se a senhora quiser fazer uso dele depois, fique à vontade. Obrigado pela presença.

Convido, então, o Sr. Daniel Lopes, da Associação Amigos do Mirante Jardim São Paulo para que faça uso da palavra. (Pausa) Sr. Daniel, só um instante. A título de informação, caso alguém precise de acessibilidade, na lateral, temos uma rampa para garantir o acesso ao palco.

Sr. Daniel, por favor, o senhor tem a palavra, obrigado por sua presença.

O SR. DANIEL LOPES – Muito obrigado, bom dia a todos. Bom dia ao pessoal da Mesa, da Comissão.

Eu me inscrevi sem um discurso preparado. Vim mais para trazer um protocolo, um documento da comunidade do meu bairro, ali da região da Vila Pauliceia.

Em síntese, o que eu gostaria de colaborar é: minha visão em relação às várias audiências sobre a manifestação dos severos impactos que toda a sociedade, em todos os bairros de São Paulo, está presenciando, está vendo, agora, principalmente, porque entraram no eixo de transformação urbana.

Esse pleito que temos da nossa associação, o qual já encaminhamos à Comissão, via meio digital - e que também pretendo protocolar agora -, em síntese, fala sobre isso. Mas, o que é apreciado, em várias audiências, é a manifestação da sociedade civil em relação a esses impactos.

Um ponto importante que eu gostaria de colaborar é solicitar que vocês vejam com muito carinho essas manifestações, de forma que possam considerar, na revisão do Plano, porque a manifestação popular vem justamente de pessoas que vivem a cidade, elas se locomovem pela cidade. Portanto, são sensores que vocês têm, aliás os melhores sensores, para que possam compreender a revisão do Plano.

E quando eu falo em relação aos bairros que entraram no eixo de transformação urbana, acho que é uma boa iniciativa, porque corrige uma série de anomalias.

Primeiramente, de forma muito simples, eu vejo assim: é o Poder Público falando para as pessoas que moram em regiões mais abastadas da periferia: "olha, desisto de vocês; eu não vou investir em transporte de massa, não vou investir com mais equipamentos públicos na região de vocês; se vocês quiserem, venham para cá; venham para a região de transformação".

E ali, se esse Plano der certo - que não vai dar certo - o que aconteceria? A periferia vai virar periferia da periferia? Estamos desistindo dessas regiões mais abastadas? Não vamos levar metrô, não vai levar transporte de massa? Não vamos alargar as vias? Estamos dizendo:

venha para cá, mas acho que não vai acontecer.

Não vai acontecer porque esse artigo do PDE, que prevê esse autoadensamento, quem fica feliz são as construtoras. E não somente no meu bairro, porque eu vejo em outros bairros essas edificações, que têm lá a questão do lote e acho também bem esquisito. Mas, enfim, são de menor porte, são estúdios de 30 a 40 metros quadrados, onde, na hora de dormir, tem de pôr a cama na cabeça e o pé no fogão.

E aí? Como a pessoa da periferia vai trocar uma casa que, em termos proporcionais, por mais que seja uma casa antiga, lhe dá melhores condições de vida, tem solação, tem aeração, tem uma arezinha para colocar ferramenta, para ir para um lugar que não vai ter privacidade, com pouco espaço? E de um estúdio que estou falando que custa 400 mil reais! São 30 ou 40 metros quadrados por 400 mil reais! Então como vou fazer essas pessoas virem para cá? Não tem como.

Então, isso é um ponto de anomalia que vejo, de vários outros em relação ao eixo. Outro, também, de vários é entender que essas construções, na Zona Eixo, que prevêem essa alta densidade, uma vez que tem uma diminuição das garagens, diminui o fluxo...

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Concluindo, por favor.

O SR. DANIEL LOPES – Opa, passei o tempo? Só concluindo: diminuindo o fluxo de carros. As pessoas têm carros, as vias, as ruas, estão se transformando em grandes bolsões de estacionamento, pois as pessoas todas têm carro. Ledo engano imaginar que a pessoa que mora perto de um corredor de ônibus vai usar sempre o ônibus. Ela vai estar debaixo de um ponto de ônibus, na chuva; se tem carro, prefere usar.

Então, o que percebemos nos nossos bairros? Que as ruas viraram grandes bolsões de estacionamento, porque as pessoas que estão vindo para esses estúdios têm carro, sim, senhor, mas não têm garagens, e as ruas viraram grandes bolsões de estacionamento. Isso é um problema, tanto para o tráfego, quanto para os circulantes dessas regiões.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sr. Daniel. Se o senhor quiser fazer um protocolo direto comigo, aqui à mesa, já recebo agora para o senhor. À vontade.

(Pausa)

Convido a Sra. Camila Patrícia, do Conselho Participativo Municipal de Santana-Tucuruvi. (Pausa)

Antes, desculpe, passo a palavra ao Vereador Coronel Salles para uma ponderação. Sra. Camila, se quiser, pode vir e já se posicionar ao lado.

O SR. CORONEL SALLES – Sr. Presidente, uma colocação do Sr. Daniel é bem interessante. Na verdade, duas que eu destacaria. A população é mesmo nossos olhos e nossos ouvidos. Isso é muito sério. Concordo absolutamente com o que o senhor falou. Outra coisa, eu ouvi na zona Norte alguém dizer "Coronel, não consigo achar um apartamento para minha filha; ela vai se casar e eu queria que ela ficasse perto da minha casa, mas não encontramos, e isso por várias limitações".

Então quero cumprimentá-lo, Daniel, por sua fala e concordo em grande parte com o que disse.

Muito obrigado. Era só isso, Presidente, me desculpe a manifestação.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado Vereador Coronel Salles.

Convido, então, agora, a Sra. Camila Patrícia para que faça uso da palavra. Muito obrigado, Sra. Camila.

A SRA. CAMILA PATRÍCIA - Obrigada. Bom dia a todos e todas.

Em nome do Conselho Participativo de Santana-Tucuruvi, vim corroborar com a fala do nosso colega, da Associação, que também é da nossa região. Então, também te convido a participar das nossas reuniões, que acontecem todas as segundas terças-feiras de cada mês.

Sim, estamos mesmo passando por essa situação muito crítica no nosso território e eu acredito que isso seja e esteja se estendendo para todos os bairros da cidade de São Paulo. E eu venho reivindicar essa fiscalização compartilhada entre a Secretaria, que cuida da liberação dessas construções, e a Subprefeitura, juntas. Por quê? A Sub, que está no dia a dia, sabe quais são as larguras das ruas; o sistema de esgoto, se ele absorve ou não, se dá conta daquela demanda, da quantidade de pessoas. Então, nós tivemos dois ou três casos, que foram

apresentados através do nosso Conselho de moradores reclamando de vielas com edificações, às vezes, de 80 apartamentos. Como é que pode uma viela, onde só passa um carro por vez, ter uma edificação desse tamanho? A gente precisa rever isso com urgência.

Além dessa questão, eu também venho reivindicar o aumento das edificações das instalações do CRAS. Eu não sei se vocês sabem, mas, no nosso eixo Santana-Tietê, assim como o CPM da Casa Verde, a situação é bastante delicada de emigração de pessoas em situação de rua e tem ficado cada vez mais delicada a questão não só de segurança, mas também de ocupação dessas pessoas. Além do aumento dos CRAS, que poderiam dar suporte para essa população, eu acho que também precisa, de repente, ser pensada uma instalação de Teia naquela região, porque através dela, se consegue trabalhar as questões de empreendedorismo e de geração de trabalho e renda, porque não adianta só pensar em tirar a pessoa dali, tem que dar condições para que ela consiga se sustentar e seguir a vida digna e honestamente.

Eu acho que, mais do que se pensar em tirar essas pessoas da rua, é preciso criar infraestrutura adequada e suporte para que essas pessoas tenham a sua dignidade trabalhada e também que elas possam ser vistas, porque, infelizmente, é um movimento silencioso. A gente anda pelas ruas e vê as pessoas, mas, infelizmente, muitas vezes elas são ignoradas. Ninguém gosta de ter um morador de rua montando um puxadinho na porta de casa, mas a gente também sabe da importância de se trabalhar isso de maneira correta e socialmente responsável.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Camila. Agradeço a presença e as ponderações.

Registro e agradeço a presença do Subprefeito da Casa Verde, Sr. Guaracy Fontes Monteiro Filho. V.Exa. está convidado a compor a Mesa, se assim desejar.

Também registro e agradeço a presença ao Sr. Helvio Nicolau Moisés, chefe de gabinete do Vereador Eliseu Gabriel, representando-o nesta audiência.

Tem a palavra o Sr. João Moreirão, munícipe.

O SR. JOÃO MOREIRÃO – Bom dia aos Vereadores e Vereadoras, ao Subprefeito, à Heliana, da Planurb, e aos demais participantes.

Começo dizendo que está mal parada essa revisão. Nós estamos aqui em uma audiência de toda a zona Norte, que vai do Anhanguera até depois da Dutra, mas tem menos 70 pessoas aqui, sem descontar o número de assessores; a participação social está pior que sofrida. Serão 53 audiências públicas que vão ocorrer na fase de discussão na Câmara – número defendido enfaticamente na reunião de ontem da Comissão de Política Urbana por um vereador –, que acontecerão três vezes por semana, às 10h, às 13h e às 17h. Está evidente que não está tendo participação social, e esse é um problema.

Lamento que o Secretário da SMUL, Marcos Gadelho, e o seu Adjunto, José Armênio, não estejam mais vindo às audiências. Acho até que o José Armênio ficou deprimido. A Heliana, coordenadora da Planurb, é uma pessoa qualificada.

Agora há pouco o colega de Santana falou do problema dos eixos: coloca nos eixos o que dá, e o resto fica abandonado. Eu estou esperando para ver se em 2029, no novo Plano Diretor, a gente possa prever umas muralhas à volta do centro expandido para deixar o resto abandonado. Esta é a realidade: em vez de nós termos um Plano que leve para toda cidade equipamentos públicos, emprego e moradia popular para as pessoas morarem perto do trabalho, nós temos um Plano que tenta se concentrar em um lugar e abandonar o resto. Moral da história: não conseguiu concentrar e deixou abandonado. Essa é a realidade.

Quantas famílias de baixa renda estão dentro da faixa, com direito à moradia popular, estão morando nos eixos? Nenhuma, porque há apartamentos e estúdios abandonados ou grandes esquemas de Airbnb, de empresas que compraram, e isso não é moradia popular, é apenas um turismo que concorre com hotéis. Então, esse é um problema que é grave. Se o Plano Diretor já era bastante tímido no que se refere à moradia popular, o projeto de lei que está proposto pelo Executivo – que eu reafirmo, como já disse em outras audiências –, que parece ter sido escrito pelas incorporadoras e construtoras do jeito como está – e isso não tem nada a ver com a qualificação e quem trabalha na SMUL, porque são todos muito qualificados; esse é

um problema de direção política – agrava e acaba com qualquer possibilidade real de moradia popular sob a responsabilidade da Prefeitura e entrega tudo nas mãos das construtoras. Será que tem alguém que acredita que as construtoras vão fazer moradia popular? Está aí a experiência nos eixos para mostrar que não fizeram, mesmo com incentivos para isso.

Esse é um problema grave e que esse projeto vai agravar. Acho até que esse projeto deve ser esquecido – para não usar a expressão que deixou o Secretário Adjunto José Armênio tão deprimido – e deve ser feito um novo projeto ouvindo a população. Nesta audiência estão representadas sete subprefeituras e tem menos de 60 pessoas. Esse é um problema grave.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Sr. João.

Convido agora o Sr. João Santo, assessor da Vereadora Sandra Santana, para que faça uso da palavra.

O SR. JOÃO SANTO – Bom dia a todos.

Em nome das duas Vereadora Silvia e Sandra Santana, cumprimento a Mesa como um todo. Estou muito contente de ver o Serginho, Sub da Freguesia do Ó, presente em todos os debates, assim como o Subprefeito da Casa Verde. Infelizmente, o restante não está.

Primeiro vou falar sobre uma proposta que o Líder do Governo avançou e eu acho isso de tremenda importância que é do gabarito da HIS. Acho que pelo o que o senhor me disse tem acordo já para que se aprove isso no Plano. Perfeito? É isso que o senhor disse? O gabarito de quatro para seis. Belo de um avanço. A gente vai poder adensar mais.

Realmente, queria falar uma coisa que vai um pouco na linha de quem me antecedeu. Eu estava numa reunião no conselho participativo, terça-feira, em Santana. Um debate sério. Porém, o conselho não sabia que tinha o PDE aqui hoje. Então, venho fazer uma proposta.

Eu participei muito em 2014 e 2016 do Plano Diretor e do Zoneamento. Naquela época trabalhava com o Vereador Police Neto. A gente fez um monte de audiências via subprefeituras. Acho que tem uma dificuldade grande da comissão pelo prazo, pelo tempo, mas a proposta seria a seguinte: que cada Subprefeitura, obrigatoriamente, no conselho participativo

o pessoal da CPDU da Subprefeitura fizesse uma ampla divulgação para que haja o debate real dentro da Subprefeitura do que é o Plano Diretor. A grande maioria da população não sabe - eu ia falar palavrão - não sabe nada disso, nada. Qual é o papel? Com todo o respeito, a audiência pública ontem de Finanças na Subprefeitura de Santana estava lotada por dois movimentos: o movimento da ALMEM, que está presente e vai falar daqui a pouco; e o grupo da Vila Aurora. O restante não estava lá.

Então, o que falta? Falta, de fato, o Vereador, o subprefeito, toda a Prefeitura e toda a classe política que faz o processo vingar de projeto de lei e virar lei estimular a participação popular. É um inferno esse diabo da internet porque a internet é todo mundo briguento, mas eu não vejo, eu não sinto, eu não sei o que o cara pensa com o coração dele. É aqui que a gente tem que saber o que o cidadão quer.

Então, a proposta é a seguinte, Vereador Presidente Rubinho Nunes, que se possível, estimular os conselhos através de cada CPDU que está dentro de cada Subprefeitura a fazer o debate e realmente divulgar para a população o que é o PDE e o que tem naquela região, o que faz parte daquele processo para que a gente possa ter maior participação popular para você ter um Plano Diretor que seja, de fato, um plano que se consiga ser realizado.

Era isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Sr. João Santo. Agradeço também pelas sugestões, pela contribuição.

Convido agora o Sr. Olegário, líder comunitário e coordenador do projeto Brasilândia Cabeção.

O SR. RODRIGO OLEGÁRIO - Bom dia a todas, a todos e a todes.

Quero agradecer à Mesa por esta oportunidade de estar nesta audiência, na nossa região da Vila Brasilândia-Freguesia do Ó. Cumprimentar o Serginho, Sandra, Fabio, enfim, aos ouvintes.

A minha fala é como munícipe e morador nascido na Vila Brasilândia há 45 anos. Fiz algumas anotações pensando no bem-estar de quem mora na periferia. A gente não está no

mapa dos melhores bairros da cidade de São Paulo. Brasilândia está nos piores mapas para se morar numa cidade. Então, a minha fala vem de encontro com alguns pontos que eu fiz especialmente falando na questão de mobilidade.

Como são as calçadas da Vila Brasilândia? Como é o acesso das pessoas que moram nas favelas? Estou pensando na longevidade, pensando na qualidade de vida dessas pessoas. Todos os dias ouço reclamação e vejo pessoas idosas. As pessoas na periferia, que moram dentro da favela, não têm o mínimo de dignidade, como a questão básica de um acesso a uma escada. Eu já vi várias pessoas idosas se acidentando, pessoas jovens quebrando a perna, torcendo a sua perna devido essa questão de acessibilidade.

Quero falar também sobre as calçadas. Fiz uma matéria recentemente com a TV Globo falando da Avenida Deputado Cantídio Sampaio, que é a principal via da Brasilândia. Ela divide todo trecho e ela não tem calçada para o município. Então, gostaria também nesse pedido de ver qual a possibilidade de a gente rever a acessibilidade dessa população da Vila Brasilândia nesse trecho da Avenida Cantídio Sampaio. Há outras calçadas que têm um monte de árvores. Sei que tem a questão do impacto ambiental, mas também a gente pode pensar na questão da acessibilidade de fazer o remanejamento de algumas árvores de algumas calçadas pensando no bem-estar dos moradores. As calçadas também são totalmente fora do padrão. Se não me engano, tem um projeto de lei das calçadas e a gente não vê essa atenção na Brasilândia.

Pensando também na questão da mobilidade, no transporte. Tem dois bairros da Vila Brasilândia - Vila Terezinha e Jardim Paulistano - onde foram desativadas uma linha de ônibus em 2016, 2015 e o que aconteceu com isso? As pessoas estão andando feito sardinha enlatada. A Prefeitura tirou esse ônibus e eram mais de quatro mil usuários que usavam essa linha. O número da linha era 8214/2010, Praça do Correio/Jardim Paulistano. Ela fazia o trajeto mais rápido para a população chegar as regiões centrais de São Paulo para o seu trabalho e a Prefeitura tirou. Fiz um acordo com a SPTrans na época e daria para rever essa linha, mas não deram atenção.

Gostaria de fazer esse apelo porque ela deixou mais de quatro mil usuários de dois

bairros na Vila Brasilândia sem acesso ao transporte digno e de qualidade. Então, gostaria de saber se isso pode também estar dentro de uma revisão, porque eu fiz uma vistoria com a CET e dá para rever um novo trajeto para essa linha voltar a funcionar. Então, pensando na questão da qualidade, na mobilidade das pessoas, pensando nessa questão do direito e no princípio do porquê foram criados os corredores de ônibus na cidade de São Paulo. Foi simplesmente para as pessoas chegarem mais rápido ao trabalho. Só que tirou essa linha, então, as pessoas estão andando feito sardinha enlatada em lotação.

Para concluir, queria falar sobre outro impacto que é a questão dos pontos viciados de lixo na cidade de São Paulo. A Brasilândia está entre os piores distritos com essa questão dos ecopontos. Pensando nessa questão da imagem da região de quem mora na periferia. E nessa questão dos ecopontos, a Brasilândia precisa de ampliar esses ecoponto, fazer um trabalho de coleta seletiva. A gente não tem uma coleta seletiva, uma coisa básica, digna. Nós, moradores da Brasilândia, não temos uma coleta seletiva. A gente não sabe onde descartar os nossos resíduos. Então, isso é inadmissível, pensando nessa legitimidade no que diz a qualidade de vida das pessoas, pensando na longevidade. Isso porque, quem mora na periferia, não tem perspectiva de vida de longevidade. Então, a gente está pensando nesse bem-estar, que é direito de todos. E eu estou falando isso baseado no artigo 5º de nossa Constituição Federal, que diz que todas as pessoas têm direito à moradia, ao lazer, à dignidade, e a gente não vê isso na Brasilândia.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Sr. Olegário.

Convido a Sra. Deise Galego, para que faça uso da palavra.

Quero lembrar a todos de que à frente, nós temos um cronômetro com o tempo, e o tempo é improrrogável de três minutos.

A SRA. DEISE FERNANDES GALEGO – Bom dia a todos os seres humanos.

Pessoal, é o seguinte, eu não vim falar aqui para criança ou por criança ou por município. Eu vim falar aqui por vidas que são largadas nas ruas, e não estou falando dos

moradores de rua, porque eu sei que tem gente que está falando por eles. Eu vim aqui para perguntar como a Prefeitura vai fazer para tirar ou castrar todos os animaizinhos que estão, literalmente, passando fome. Porque aqui já falaram de calçada da Cantídio Sampaio, que lá não tem nem rua, isso porque a zona Norte literalmente é deixada da de lado, principalmente os animais. Você chega no CEU Paz, você chega umas quinze para seis da manhã – porque o seu carro é velho e você não quer pegar muito trânsito e atrapalhar o trânsito -, literalmente o que acontece? Tem um monte de animais com sarna, com isso, com aquilo. Quando que a Prefeitura vai criar vergonha na cara para cuidar desses bichinhos?

Desculpa, gente. Peço perdão, mas é isso. Peço perdão, Vereador Rubinho, porque foi o único que conseguiu fazer um ofício, porque até agora eu não sei quanto o setor de Zoonoses gasta e assim por diante, porque está acoplado ao setor de Saúde, e são bilhões e bilhões. Eu não sei quem trabalha, se trabalha e literalmente não sei o que faz, porque desde quando eu sou mocinha o setor de Zoonoses não tem vaga e isso há, mais ou menos, uns 70 anos. Desculpa, gente. E, literalmente, se lembrem da zona Norte, porque nós não temos mais rua, nós temos buracos nas ruas, literalmente.

É isso, pessoal. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Sra. Deise.

Convido, agora, Irani Dias, da ALMEM – Associação de Luta por Moradia Estrela da Manhã.

Antes, gostaria de dar a palavra ao Coronel Salles.

O SR. CORONEL SALLES – À dona Deise.

Deise, só uma notícia boa: foi aprovado, em primeiro turno, um projeto do Vereador Gilson Barreto, com coautoria de vários Vereadores que estão aqui na Mesa, sobre a implantação da UBS Pet. Será um avanço gigantesco.

Então, eu sei que as demandas são muitas, mas para aplacar um pouquinho o seu coração, a Câmara está...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CORONEL SALLES – Não, não. Em nossa cidade. O nosso Líder vai explicar melhor.

O SR. FABIO RIVA – Rapidamente, só para contextualizar. O projeto autoriza o Executivo à criação dessas UBSs Pet nos territórios das 32 subprefeituras. São pequenos espaços para castração, para vacinação, para pequenos atendimentos. Isso ainda depende do crivo, da sanção do Prefeito, mas a gente já conversou com o autor do projeto – e têm vários coautores aqui. Eu acho que é um passinho, devagarzinho, planejar para o ano que vem, até porque a gente precisa ter orçamento. Mas acho que é uma boa notícia.

A SRA. IRANI DIAS – Bom dia a todos, a todas e a todes.

Meu nome é Irani Dias. Sou coordenadora da ALMEM, promotora legal popular de habitação. E eu quero apresentar o meu movimento para que não haja nenhuma deturpação da minha fala.

A ALMEM é uma Associação de Luta por Moradia, que defende moradores que estão pagando aluguel, ou seja, a gente não está fazendo a defesa, um passo atrás, que os grandes movimentos fazem, que é das famílias que estão ainda em comunidades e em outras situações de regularização fundiária, reorganização. Não. A ALMEM trata os associados que pagam aluguel e não aguentam mais pagar. Ou seja, estão na fila dos moradores de rua ou ocupação.

E não vou falar sobre o Plano Diretor diretamente, porque eu não vi, aí, o tema que me interessaria, que seria a revisão do Zoneamento. Sei que pode ter alguma coisa na Câmara para a sequência, mas não está aqui ainda. E, aí, o motivo de eu ter vindo aqui hoje... Está bem vazio. Aí, se você descontar as assessorias políticas, não sobra nada. E, aí, assim, como é que você coloca a revisão do Plano Diretor da zona Norte no mesmo dia do orçamento da Vila Maria? A nossa região é uma das regiões que mais vai ser impactada pela revisão do Plano Diretor, por conta de todo o cinturão verde e de vários fatores de ocupações e tudo, e a gente não tem esse direito de vir aqui debater? Porque se a gente não pedir orçamento para lá, também não vai acontecer nada. Então, hoje, neste momento, está acontecendo a audiência do orçamento da Vila Maria e a gente não vai poder participar – as principais lideranças e o povo -, porque, além

de aqui ser totalmente fora de mão para a gente... custei a achar e só achei porque vim de aplicativo. Se não tivesse vindo de aplicativo, seria complicado vir de ônibus... E, assim, um negócio paralelo, tirando o nosso direito de discutir, de debater o assunto.

Então, assim, eu estou vendo umas respostas totalmente atropeladas para a população, deste Governo; não estão respeitando o nosso direito de população de debater o assunto com tranquilidade.

Eu vi muita coisa falada aqui, no microfone, também que não tem a ver com o Plano Diretor, mas a gente entende que vocês são o Governo, que vocês vão acolher as nossas demandas e que, mesmo elas não sendo sobre o Plano Diretor, a gente vai ter uma resposta. E creio que, por isso, a presença dos Vereadores na Mesa.

A gente espera essa resposta, porque há coisas gritantes antes do Plano Diretor, que precisam ser revistas.

Então, o pedido é esse, que respeitem o nosso direito de participação.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sra. Irani.

Até para esclarecer a Sra. Irani, concordo com o ponto quanto ao zoneamento. Foi aprovado na tarde de ontem, na Câmara de São Paulo, um requerimento de autoria da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, para que o Executivo encaminhe o projeto de zoneamento por entendermos que é complementar ao Plano Diretor. Não está na pauta da audiência pública hoje, nem em qualquer audiência pública, porque até o presente momento, até hoje, não chegou na Câmara de São Paulo o projeto de zoneamento. Espero que com o requerimento que aprovamos, seja encaminhado o mais rápido possível para que possamos realizar essas audiências.

Sei que hoje, um pouquinho mais tarde, a audiência pública da Comissão de Finanças e Orçamento, na Vila Maria, mas são comissões distintas, então, cada Comissão da Câmara tem independência. Por exemplo, hoje, às 10h, vai acontecer, em Itaquera, a audiência pública do Plano Diretor da Comissão de Administração Pública. Como as comissões são

autônomas, cada Comissão determina o horário e a forma de realização e, às vezes, acaba havendo algum conflito como esse. Peço desculpas por isso.

Convido agora o Sr. Eder de Oliveira Daniel, da EMEF Philo Gonçalves dos Santos, para que faça uso da palavra.

O SR. EDER DE OLIVEIRA DANIEL – Olá, bom dia a todos, todas e todes. Bom dia, Silvia, grande abraço.

Meu nome é Eder, parabéns ao representante da entidade da Brasilândia, é assim que conquistamos os espaços.

Sou da escola pública, EMEF Philo Gonçalves dos Santos. E na escola elaboramos um projeto chamado Parque Escola. É uma escola integrada a um parque, uma área verde. Essa parceria, esse parque foi construído com a Universidade de São Paulo e com a Secretaria do Verde. Nós elaboramos um anteprojeto, um projeto com planta, plotagem, topografia, para que as crianças consigam ter, além da sala de aula, além daquelas quatro linhas que prendem, que terminam deixando as crianças ansiosas, também ter o espaço em um parque. E não é qualquer parque, é um eco parque com espaços pedagógicos construídos pelas crianças, com ideias dadas pelas crianças. As crianças davam as ideias, as ideias iam para a Universidade de São Paulo, que vinha para a escola, debatia as ideias com os alunos, professores e funcionários. E a partir daí criamos o Eco Parque Escola.

É necessário lembrar que essa integração Universidade, Escola e Secretaria do Verde, é crucial para a educação. O Eco Parque Escola é um marco na Rede Municipal de Educação de São Paulo, é uma inovação. E além de ser uma inovação, também combate o racismo ambiental. Estamos em um bairro em que a Fábrica de Perus, durante anos, trouxe vários problemas. Estamos em um lugar onde não há lazer, nada próximo que as crianças possam frequentar, a não ser o Cemitério de Perus, onde há a vala comum do Cemitério de Perus. E é lá que os pais das crianças vão andar. Imaginem, você querendo um lazer e de repente tem de ver um velório. Isso não é digno, é desumano.

Então, baseado nisso, viemos trazer um parque para combater o racismo estrutural.

Perus também é uma área em que, infelizmente, até as calçadas para caminhar estão difíceis. E esse Parque vem trazer toda uma estrutura para dar essas condições. O Eco Parque também fica longe, as pessoas que moram perto da escola, não conseguem ter acesso ao Parque Anhanguera, porque seriam de duas a três conduções. São seis, sete escolas próximas que seriam beneficiadas pelo Eco Parque. A UBS, a UPA, podem usar o Eco Parque para fazer uma inovação no tratamento da medicina. Usar a área verde para tratamento da saúde também.

A área faz parte de um corredor ecológico, que visa a preservação ambiental. Estamos perto de uma área que vai ser devastada pelos empreendimentos. São mais de 20 mil famílias que serão instaladas. E não teremos mais área verde nesse local. Então, o parque vem para preservar o meio ambiente. O parque também vem para preservar a justiça ambiental. Sabemos que no período da Covid, quem mais morreu foram as pessoas pobres, por causa do saneamento básico, por causa da falta de lazer. Então, viemos trazer o parque também, além do lazer, cultura e educação, para a justiça ambiental.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Sr. Eder.

Convido agora o Sr. Fabio Ivo Aureliano, da Associação Jardim Paulistano.

O SR. FABIO IVO AURELIANO – Bom dia a todos os presentes, à Mesa.

Cumprimentar o Serginho, nosso Subprefeito e nossa Vereadora Sandra Santana, sempre presente na nossa região. Quero listar quatro pontos que acho importantes e estruturantes.

Com as mudanças que houve no transporte público na cidade de São Paulo, nos últimos anos, considero da época da gestão da ex-Prefeita Marta Suplicy, em que vieram os corredores de ônibus, saíram as lotações, que eram as peruas. E a cidade dividida em dois eixos, das periferias até as avenidas e até o Centro, o transporte de grande impacto, no meu entendimento, perfeito. Qual é a questão? Tivemos uma evolução enorme dos pontos de integração até o Centro, mas das periferias até esse ponto ainda é muito cheio, falo isso porque uso muito o transporte. Então, o que faço? Pego meu carro, venho até a Facó, até a Inajar, deixo

meu carro e vou para o Centro de ônibus. E eu quero sair de casa com o micro-ônibus, mas ele não é humano, não dá condição de transporte digno. É uma questão que precisa ser revisada, essa superlotação.

O segundo ponto, estamos com a construção do Metrô da Vila Brasilândia. Vai sufocar o transporte público no eixo da Elísio Teixeira Leite que, hoje, onde está o perímetro do CEU precisa ser revisto, ser alargado, porque ali tem um ponto de estrangulamento na entrada do CEU. E como a área é pública, poderia recuar já de imediato, uma faixa no perímetro do muro do CEU, para que não estrangulasse o trânsito que vem de Pirituba e sobe na Elísio Teixeira Leite na saída. Na chegada as pessoas pegam o ônibus, descem lá embaixo na Vila Zatt, sobem a pé até o CEU, pegam o ônibus novamente para continuar para a Taipas ou para o resto do Paulistano. Então, é uma obra fácil de fazer, porque estão falando de 60 metros de duplicação da Elísio Teixeira Leite.

Terceiro ponto, o Parque da Vila Brasilândia, que precisa entrar, ser mantido no Plano Diretor na área onde é a antiga Pedreira Morro Grande.

E, por último, não menos importante: a questão da reciclagem, das cooperativas de reciclagem. Nós temos um apagão na nossa região: Perus, Morro Doce, Pirituba, Jaraguá, Freguesia do Ó, Brasilândia, não tem uma cooperativa de reciclagem. Nós temos seguramente mais de 2.000 famílias que vivem exclusivamente da reciclagem.

Não tem coleta seletiva na região, e não colocam, porque se colocar a coleta seletiva vai pegar o material reciclável daqui e levar para o Centro ou para cooperativa mecanizada e as pessoas que vivem da reciclagem vão passar fome. Então, não pode haver projeto de reciclagem na cidade de São Paulo que não inclua diretamente os catadores que vivem disso.

Os catadores da Brasilândia precisam ter reciclagem para trabalharem, e não para tirar o material deles e levar para o Centro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Sr. Fabio.

Tem a palavra o Sr. Jabes Campos, do Instituto Saci.

O SR. JABES CAMPOS – Bom dia a todos e todas.

Cumprimento a Mesa, na pessoa da Vereadora Silvia da Bancada Feminista; também, em particular, cumprimento o Subprefeito Sérgio, da Freguesia do Ó-Brasilândia.

Esse mês tem sido intenso para a região e eu queria me somar a duas falas que foram feitas aqui, da Sra. Irani, de que realmente está difícil a participação popular. Num sábado, às 8h da manhã, chamar todas as Subprefeituras para participar de uma audiência do Plano Diretor? Oito horas da manhã, gente? O povo não consegue vir, então não é para o povo participar, como a Sra. Irani falou. Se tirar a assessoria e os funcionários públicos aqui, que têm o direito de participar obviamente, não sobra ninguém, porque a população não está presente. Isso é ruim, porque assim a gente não consegue construir um plano que vai ao encontro da ansiedade dos moradores. Só vêm os mais teimosos, os que são ranhetas, que querem participar; agora, a população que tem o direito constitucional de participar, a impressão que eu tenho é que não tem o interesse da participação.

Na reunião do Orçamento, a gente apresentou algumas sugestões, que eu vou repetir pois entendo que são propostas que já estão previstas de alguma forma, que o Governo já conhece, porque às vezes a gente pensa: “Ah, eu vou levar essa proposta lá porque o Governo ainda não conhece”, mas o Governo sabe de tudo o que precisa, gente; o Governo sabe de tudo o que precisa na nossa região. O problema é que não tem vontade política para fazer.

Existe um projeto de ampliar a av. Humberto Gomes Maia, que passa pela av. José da Natividade, saindo da rua Domingos Vega e chegar até a “pretinha; que iria melhorar a vida de toda a população naquele pedaço. Outro projeto também para canalizar o córrego Bananal, que corta lá do Princesa e vai até o Paraná. É histórico aquilo lá, gente, e já está no Plano Diretor.

Eu estava olhando rapidamente o Plano Diretor e está previsto, mas até quando? O Governo Municipal, a Prefeitura, tem R\$ 31 milhões, ou R\$ 35 milhões, eu não sei, no seu cofre; e para fazer o quê? Para render? E tem R\$ 19 milhões que pode usar do jeito que quer. Então, seria muito importante que ela pudesse olhar para nós.

Eu vou deixar as minhas propostas, para não me alongar. E só para reafirmar, nós precisamos de um parque na Brasilândia, e esse parque tem que ser na antiga pedreira.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Sr. Jabes. Pode deixar suas propostas conosco.

Convido agora, para o uso da palavra, a Sra. Patricia Aparecida Calderani.

A SRA. PATRICIA APARECIDA CALDERANI – Bom dia a todos, da Mesa, os presentes no dia de hoje.

Primeiro, eu quero agradecer ao Vereador Eliseu Gabriel, que não faz parte da Mesa e não pôde vir, mas ele foi o Vereador que ajudou na nossa causa, no nosso bairro de Pirituba.

Havia um estabelecimento onde tocava música ao vivo, mas não tinha isolamento, não tinha absolutamente nada e funcionava de segunda a segunda. Então, nós, moradores da região, fomos até a Subprefeitura de Pirituba por dois anos, e nada foi feito. Sempre nos prometiam que teríamos uma ajuda, que fecharia, que teria uma fiscalização, mas não houve. E o Vereador abraçou a nossa causa e nos ajudou.

Esse estabelecimento, graças a Deus, foi fechado, devolveu a nossa vida, a nossa paz, porque a gente não conseguia, trabalhar, estudar. Uma moça da minha rua, inclusive, tentou suicídio três vezes, com 25 anos, que estava estudando Direito, então são vidas perdidas. O barulho é uma pauta que quase ninguém comenta, mas é um problema para a Cidade, para os bairros. Eu sou dentista, hoje eu sou jovem, mas um dia eu vou ficar velha, e vejo idosos presentes, mas eu acho que é um problema que deveria ser pensado para a sociedade, para os bairros.

Portanto, a minha gratidão ao Vereador Eliseu, que foi a pessoa que nos acolheu e nos ajudou. A Subprefeitura não conseguiu, e o Vereador foi lá e fez. Então, não é só vir aqui e fazer pedidos, mas agradecimentos também.

Outra coisa que eu gostaria de falar é sobre a mobilidade – as calçadas.

Nós não conseguimos no nosso bairro de Pirituba – são buracos nas ruas, nas

calçadas. O “nosso” CET não funciona no bairro. As ruas são estreitas, e as pessoas querem fazer, de uma rua, quatro – duas para estacionar e duas para os carros passarem. Acionamos o CET, e nada funciona.

Também gostaria de falar do barulho nas avenidas.

Hoje, os comércios querem vender com barulho. Eu vou numa farmácia que tem uma caixa de som desse tamanho para vender o medicamento. Quantas pessoas que saem de um hospital, a família doente, e a gente quer entrar numa farmácia, comprar o medicamento e ir embora. E é um barulho constante no comércio, na farmácia. Isso quando quase não colocam papel dentro da nossa boca, na nossa vista, para entrarmos nos estabelecimentos. Então, eu gostaria que, por favor, os Vereadores também colocassem essa pauta.

Quanto à Ponte Raimundo Pereira de Magalhães, nós não temos saída do bairro de Pirituba para a Lapa. A Ponte do Piqueri não dá mais suporte. É impossível. Se temos que chegar numa faculdade, num trabalho, às horas da manhã, nós não conseguimos; temos que sair às seis da manhã para atravessar a ponte.

Era isso que eu gostaria de falar. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado. Agradeço a sua contribuição.

Convido a Sra. Inês Lucchesi para fazer uso da palavra.

A título de esclarecimento: eu convido a Sra. Cremildes Jesus da Silva, da Associação Futuro Melhor. Ela era a primeira inscrita, mas, por uma questão pessoal, ela pediu para falar um pouquinho depois.

A SRA. CREMILDES JESUS DA SILVA – Bom dia.

Agradeço a todos – ao Subprefeito, à Sílvia, a todos.

Gente, eu sou moradora de uma área que era totalmente esquecida. Nós somos uma área de ZEIS, e, infelizmente, ela foi lembrada para fazer um plano de urbanização da forma que eles queriam fazer, que seria a PPP – Participação Público-Privada. Eles constroem, mas não é para quem mora lá.

Eu gostaria que se respeitasse as ZEIS – Zona Especial de Interesse Social. E quando vão para lá para fazer um projeto que não vai atender os moradores dessa área, isso deixa de ser uma ZEIS. Infelizmente, eles já tentaram terminar a ZEIS em uma AIU – Área de Interesse Urbano. Não conseguiram lá no passado. Mas, com esta lei que estão querendo fazer de zoneamento, eu tenho muito medo de eles conseguirem isso, principalmente, porque está no Plano Diretor de agora que não vai ser obrigatório fazer conselho gestor. Estamos lá desde 2022, e nunca foi constituído um conselho gestor de ZEIS. Agora, querem construir o conselho gestor se for viável, se eles colocarem lá que vai ser feito.

Gente, eu gostaria que a Casa... A Casa, não, que aqui nós não estamos na Câmara. Nós saímos das nossas casas no dia 3 de outubro; depois, vamos para o segundo turno, votamos neles, acreditamos neles. Eu peço que os políticos nos respeitem, que eles nos ouçam, que eles façam o que é bom para nós. (Palmas)

Vocês são os nossos empregados, gente. Vocês estão lá para trabalhar para nós, para nos auxiliarem, e não para fazer coisa para quem tem dinheiro.

Pensem em que não tem. Pensem em nós, que somos recicladores, que somos faxineiros, diaristas. Somos até pedintes, porque tem muita gente pedindo porque não tem emprego. Que vocês respeitem as ZEIS. E que façam um plano de ZEIS para ZEIS. Que façam urbanização, regularização fundiária, onde é viável, onde é possível. E respeitem a população.

É isso que eu queria falar. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Gostaria de passar a palavra à Vereadora Sandra.

A SRA. DRA. SANDRA SANTANA – Pessoal, eu vou pedir licença para vocês para duas coisas.

Uma é para dizer que a Dona Cremildes tem toda a razão: somos, sim, empregados sociais do povo. Foi a população que nos escolheu. E, em todas as oportunidades, quem está aqui, que acompanha o nosso trabalho, sabe que uma das primeiras coisas que eu sempre falo é que o Vereador não dá nada, somos ponte entre a população e o Poder Executivo. Nós falamos

pela população. Eu faço questão de deixar sempre tudo muito claro. E o que fazemos não é favor, é nossa obrigação, porque fomos escolhidos para isso – eu e os 54 Vereadores que estão na Câmara. Muitos dos que estão aqui já me ouviram falar isso inúmeras vezes, porque também precisamos mostrar para população que nós temos essa consciência. Às vezes, tem pessoas da própria população que não tem essa consciência, que olha o Vereador como alguém inalcançável, num pedestal. E não é isso, não; é o contrário. E a senhora tem toda a razão no que falou.

E aproveito a fala da Dona Cremildes para pedir licença, porque, um a vez que sou empregada da população, eu tenho uma agenda que vai até as cinco horas da tarde. Eu já tinha avisado ao nosso presidente da Comissão, o Vereador Rubinho, que eu poderia ficar até as 9h40.

Peço desculpa por não poder continuar com vocês, mas temos um trabalho grande, uma agenda grande, aqui, na região, hoje, e eu vou precisar me ausentar. Mas eu tenho pessoa da minha assessoria que vai me abastecer com as informações.

Sigo à disposição de todos, tanto da Comissão de Política Urbana – que, assim que tiver a data fechadinha, certinha, da nossa audiência na Brasilândia, eu vou comunicar vocês e a população. Eles, em primeiro lugar; depois, vocês.

Vou me ausentar agora. Obrigada, gente.

Que vocês tenham um bom trabalho até o final da manhã de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Vereador Sandra.

Até para destacar o compromisso da Vereadora Sandra: ela é Vereadora da CCJ, mas fez questão de estar conosco da Comissão de Política Urbana, por compromisso e atenção com a região. Obrigado, Vereadora.

Convido, agora, a Sra. Inês Lucchesi para fazer uso da palavra. (Pausa)

Sra. Inês Lucchesi não está presente?

Bom, vou chamar o próximo. Caso ela retorne, nós encaixamos.

Tem a palavra o Sr. Rogério Alves, assessor do Vereador Sansão Pereira.

O SR. ROGÉRIO ALVES – Oi, bom dia a todos.

Eu queria trazer o abraço do Vereador que, infelizmente, não pode estar presente, mas está em todas as audiências. Trouxe um abraço para cada um dos Vereadores.

Eu sou morador da zona Norte e queria falar, especialmente, de um problema daqui: quem é do urbanismo acha que é coisa do século XIX ainda que é a falta de rua. Então, eu moro próximo à Vila Guilherme, Vila Maria, e tive que vir pela Marginal. Não tem uma avenida, uma via expressa que a gente possa vir direto de um bairro da zona Norte para outro bairro da zona Norte.

É uma questão que já estava levantada na 13.885, no primeiro Plano Diretor da Prefeita Marta; também foi abastecido pela 16.050, do Haddad; no final do Governo Haddad, fizeram um plano específico de avenidas, semelhante ao do outro lado do rio, na Marquês de São Vicente. Tinha uma continuação da Marquês de São Vicente até quase a Dutra, e teria, na zona Norte, uma ligação entre bairros, praticamente, na zona Norte inteira.

É uma questão que já está se arrastando há muito tempo; foi prevista nos dois Planos Diretores e está prevista agora na revisão; vi que foi incorporado também, mas acho que é preciso colocar algum dispositivo ali porque é um prazo, criar uma norma mais direta, objetiva, para colocarmos isso no orçamento e começar de alguma forma.

Já vi duas pessoas virem aqui para falar do sistema viário mesmo, porque o sistema viário da zona Norte, realmente, é muito caótico; e uma avenida paralela à Marginal seria interessantes.

O Governador Tarcísio está fazendo o eixo Norte que eu, como urbanista – e era estagiário na década de 90 -, achei que seria o primeiro pedaço do Rodoanel a ser feito, está sendo o último, mas, agora, parece que vai sair, mas precisa de interligação entre bairros lá.

Então, eu queria propor para a Comissão que a gente fizesse algum dispositivo claro, objetivo, com prazo, para a gente poder fazer planejamento no orçamento, colocar na planilha e fazer acontecer de verdade.

É só isso.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Rogério. Agradeço, também, ao Vereador Sansão Pereira.

Convido, agora, o Sr. Fernando, munícipe, para que faça uso da palavra.

O SR. FERNANDO – Bom dia. Obrigado. Eu sou o Fernando, morador da zona Norte, pai do Miguel e do Romeu.

Eu queria compartilhar, primeiro, uma grande tristeza - moro na zona Norte desde sempre – que é a construção do Rodoanel Norte e do metrô Linha Laranja da Freguesia-Brasilândia. A tristeza não é por ter o equipamento, é por ele não ter. Está há tanto tempo abandonado. Quem conhece embaixo do Rodoanel Norte, sabe o que aconteceu lá: houve uma ocupação irregular, um uso muito ruim daquela região, e continua parado. É uma preocupação que acho que tem que ser olhada pelo Plano Direto, apesar de ele não ter a solução para esse problema, mas tem que ser incorporada e olhada com muita atenção, porque não é só aqui que acontece, mas, na cidade toda.

Como sugestão, e realmente efetiva, para o Plano Diretor – eu acompanhei a reunião das ZEIS, e o Vereador Alessandro Guedes falou uma questão que achei muito importante: não adianta só demarcar as ZEIS ou só priorizar novas moradias em ZEIS, precisa priorizar a regularização fundiária, porque tem muita área consolidada na cidade – e a zona Norte eu conheço bastante, então, vou priorizar até porque estamos falando da região – com muita área que precisa da regularização. Só que os processos de regularização e o investimento em regularização não acontece na mesma velocidade da necessidade com que eles precisam.

Quero citar quatro exemplos precisos: Comunidade Sallus, na Vila Guilherme. A gente abriu um processo administrativo em 2016. Não avançou, absolutamente, nada. Se pegar o processo, ele continua parado. Comunidade Coruja também fica na Vila Guilherme, embaixo da rede de alta tensão, área de risco. Houve uma preocupação do Executivo, por meio da Subprefeitura, não foi a Secretaria de Habitação, e mais nada. De lá para cá, de 2014, de que conheço a comunidade, já vi dois incêndios lá. Então, é um absurdo não acontecer nada. A gente

conseguiu, uma vez, aprovar uma emenda parlamentar para aprovar para fazer uma pracinha lá, e o Subprefeito, à época, falou que não era possível fazer. Óbvio: está numa área irregular. Então, tudo prejudica, porque se está irregular, não se pode investir, e a população continua vivendo com aquela dificuldade. Comunidade do Flamengo, no Jardim Peri, é enorme. A gente teve que fazer uma ponte de madeira lá, porque a ponte estava caindo. Não dava para colocar recurso público para fazer a ponte, e a gente foi e fez uma ponte de madeira em cima do córrego. Isso é para mostrar as dificuldades que a gente tem com a falta de priorização da regularização fundiária barra urbanização; e, também, vou repetir um pouquinho do que já foi falado, mas a Comunidade do Bispo, futuro melhor, acabou de falar a Dona Clemilda. Quem conhece sabe como é: uma das piores comunidades, nível de vulnerabilidade e de carência que a gente tem na zona Norte. Não dá para a população que está lá há cinquenta anos, quando vem um investimento, quando a Prefeitura programa um investimento de 6 bilhões de reais naquela região por meio de uma PPP, quem está tem que sair. Então, não dá. O projeto não foi conversado, dialogado, explicado. Ninguém sabe de nada do que vai acontecer. Só sabe que vai ter que sair. Se fala em 3 mil unidades, mas lá tem facilmente mais de 20 mil moradores.

Então, precisa, de fato, efetivar o Conselho de ZEIS – isso também foi falado na reunião – e priorizar a regularização fundiária.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Sr. Fernando.

Mais uma vez, convido a Sra. Inês Lucchesi. Está presente? (Pausa) Não está.

Não havendo mais inscritos, pergunto aos Vereadores presentes...

Tem mais um inscrito, Sr. Hamon Jabor, de Pirituba.

O SR. HAMON JABOR – Bom dia a todos. Saúdo a Mesa, o Sr. Fabio Riva.

Venho completar a fala da Patrícia Lucchesi, que veio aqui expor a condição da perturbação do sossego. Eu fui liderança nessa parte de conduzir, com o Vereador Eliseu Gabriel, da qual faço um resumo geral dessa condição: eu gostaria que incluísse no Plano Diretor – e explico o porquê. A população, os munícipes... existe uma dificuldade imensa entre as

Subprefeituras e também as questões de poder resolver o problema. O problema existe, a população sabe os caminhos, mas não é funcional. Por quê? Eu digo isso com muita propriedade, porque eu tive essa dificuldade. O que aconteceu? Quando a gente pede a fiscalização para perturbação do sossego, ela não vem. Por quê? Existe uma dificuldade de equipes, não existe equipe suficiente para fazer essa fiscalização e, quando existe, tem aquele que contribui com o bar que está perturbando o sossego.

Num levantamento que a gente fez, é inadmissível o Psiu ter apenas seis fiscais para o estado de São Paulo, sendo que a condição mínima seria de 150. Por isso peço aos Vereadores que tenham uma atenção sobre os concursos públicos, porque quando a população pede o apoio da Polícia Militar, ela não pode fazer a ocasião, cessar a perturbação do sossego. Elas são limitadas. Por quê? A Segurança Pública pode fazer da porta para fora, na rua; mas ela não pode multar etc. e tal. Eu sei que existe um plano para que isso seja revertido, mas o que eu quero dizer de forma geral é que todos os problemas que existem, e a gente segue os canais, eles não são funcionais. Agora foi aberto o aplicativo do 156... Vou só fazer uma observação sobre a questão da poda de árvore. É inadmissível uma subprefeitura ter mais 3.700 pedidos de poda de árvore e ter duas equipes para fazer. Quer dizer, isso desanima o munícipe, desanima todos. Por quê? Porque não é funcional. Toda vez que a gente pede um serviço para que seja resolvido imediatamente, ele não é. Existe uma demora, uma democracia que causa esse problema.

Eu estou trazendo essa questão, porque precisa melhorar isso e há muito tempo. Pancadão. Eu venho repetindo esse assunto há muito tempo, só que não se resolve, porque a Polícia Militar não tem efetivo. Um batalhão ter, para uma área, seis viaturas e para outra duas, não dá. Não dá. É inadmissível. Quer dizer, a gente precisa pensar na Segurança Pública como um todo e também na funcionalidade, que seja realmente efetiva. Ter um estabelecimento, como a Patrícia disse, poxa,...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. HAMON JABOR – Terminou o tempo, eu sei. Vou concluir.

Poxa, eu tenho aquele problema, que ele seja resolvido o mais rápido possível. Não é verdade? Porque não tem condições que esse problema siga contínuo todas as vezes. E isso causa um cansaço, um desânimo e um descrédito da sub e da prefeitura.

Muito obrigado pela fala. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Sr. Hamon.

Convido, agora, a Sra. Renata Esteves, do Movimento Defenda São Paulo.

A SRA. RENATA ESTEVES DE ALMEIDA ANDRETTO – Bom dia a todos, Srs. Vereadores, senhoras e senhores. Não vou usar os meus três minutos, eu gostaria só de fazer uma pergunta aos Srs. Vereadores.

Em nome do Movimento Defenda São Paulo, e eu tenho certeza de que em nome de muitas entidades desta cidade, gostaria de perguntar para os senhores, que receberam o projeto de lei, que por favor indiquem em que artigos do projeto de lei está a garantia de construção de habitação social na cidade de São Paulo. E também em que artigos do projeto de lei está a garantia da instalação de conselhos gestores de ZEISs.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. FABIO RIVA – Primeiro, como falou da questão da garantia de habitação, é a minha praia, o meu mandato é voltado para isso. Primeiro, o projeto adveio do Executivo. A Câmara Municipal, os Vereadores, nós temos o papel importante inclusive de ouvir a sociedade para que a gente possa dar diretrizes para que a Prefeitura possa ter mecanismos para ampliar a oferta de habitação de interesse social na cidade de São Paulo.

O primeiro passo é esse. A gente sabe do déficit habitacional e tenho certeza de que não só eu, mas todos os Vereadores de todas as Bancadas, de todos os partidos. Todos os projetos que vieram para discutir habitação de interesse social, cessão de área e desapropriação, teve a votação de forma unânime.

Então, tenho certeza absoluta de que garantir não é condição legal, é sim construção coletiva, e é isso que vamos fazer. A senhora tenha certeza de que todos os projetos, inclusive o programa Pode Entrar, que foi votado na Câmara Municipal, o maior programa habitacional do

Brasil, com recursos próprios da municipalidade, vai propiciar que não só a Prefeitura possa adquirir unidades habitacionais no mercado, mas também através da própria Cohab a construção das unidades habitacionais.

Por isso eu fico muito tranquilo sabendo que habitação é prioridade neste governo, prioridade na Câmara Municipal, como sempre foi. E sem dúvida alguma, o Plano Diretor dentro das suas diretrizes, e é isso que nós estamos tratando aqui, o Plano Diretor não obriga, ele dá diretrizes, dá um norte daquilo que a gente quer para o desenvolvimento da cidade.

Então, apenas respondendo essa fala e a sua resposta não é debate, até porque acho que tem outros Vereadores que gostariam de se manifestar. Só queria fazer uso dessa fala de forma muito breve com referência à questão da habitação.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Vereador Fabio Riva. Apenas complementando, no projeto são discutidas as HISs, que são as habitações de interesse social e inclusive o projeto enviado pelo Executivo trata de incentivos para que uma maior camada da população consiga acesso à HIS, que até então no Plano vigente não conseguia, criando assim incentivos para que efetivamente sejam construídas essas habitações.

Não há mais inscritos para falar. Quero agradecer e anunciar a presença da ex-Vereadora Lídia Correa. Muito obrigado por comparecer. E quero registrar a presença do Sr. Edson Marques, Chefe de Gabinete da Subprefeitura da Vila Maria e Vila Guilherme.

Passo a palavra, agora, à Vereadora Silvia da Bancada Feminista, para suas considerações. Vereadora Silvia.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Bom dia a todas, todos e todes. Queria cumprimentar todas as comunidades presentes na figura da Dona Nena, da Comunidade Futuro Melhor; todas as associações e as pessoas que acordaram cedo para vir às oito da manhã participar desta audiência pública.

Queria concordar com quem falou que o ideal seria uma audiência pública, pelo menos, por subprefeitura. Nós inclusive apresentamos essa proposta na Comissão de Política Urbana, para que houvesse 32 audiências públicas, uma por subprefeitura. Infelizmente, fomos

voto vencido, mas continuamos batalhando para que isso se concretize.

Creemos que é muito difícil uma única audiência pública para uma região tão grande como a zona Norte, por exemplo, que tem sete subprefeituras. Isso dificulta a participação popular. Nós acreditamos que sem participação popular não é possível ter uma boa revisão do Plano Diretor.

Quero salientar que na região Norte há muitas áreas verdes, inclusive, com a terra indígena do Jaraguá. É preciso também que haja preocupação com a questão dos parques. Há necessidade de encontrar na região onde serão feitos esses parques. Há reivindicação de um parque na região da Brasilândia, assim como a fala do Professor Eder, sobre um projeto que, inclusive, nós acompanhamos na EMEF Filó. Foi iniciativa da comunidade fazer um eco parque junto com a escola. A proposta veio dos estudantes, o que é maravilhoso.

A região precisa muito da preservação ambiental. Não dá para ter qualidade de vida, pensar em viver com dignidade, conquistarmos a moradia em um local totalmente degradado do ponto de vista ambiental.

Todas as falas que ouvimos sobre ecoponto e a necessidade dos parques são válidas. Alguma coisa dá para ver no Plano Diretor, outras não. O ecoponto, por exemplo, é outra questão, mas os parques e eco parques nós poderemos sim lutar para que sejam previstos no Plano Diretor. Não só previsão, mas também a execução, porque no Plano Diretor anterior dos parques previstos, apenas nove foram executados.

O que tem a ver eixos com preservação ambiental? Os eixos guardam a lógica de se construir moradia perto do trabalho, gerar menos deslocamentos, mas com utilização preferencial do transporte público.

Aconteceu que como não houve regulamentação de como as construções seriam feitas, o mercado acabou fazendo o que queria. O mercado vai para esses eixos, mas não constrói moradias populares, mas sim estúdios, moradias de alto padrão. Agora quer construir com duas vagas de garagem.

É preciso fazer com que nos eixos do Plano Diretor a construção de moradias

populares tenha prioridade, para HIS I e HIS II. Assim como que não haja aumento de vagas de garagem. Porque hoje é uma unidade, uma vaga. Não pode ser duas vagas. Quem quiser duas vagas que more longe do metrô; perto, uma vaga é mais do que suficiente, porque queremos que a população use transporte público.

Há necessidade de um equilíbrio. A periferia foi se construindo não porque as pessoas queriam ir mais longe, mas era onde dava, por isso o transporte público de massa tem de chegar lá e os eixos terão de expandir para onde a população chegou. Devendo manter o equilíbrio, ou seja, preservar os cinturões verdes. Não podemos expandir para todos os lados. Há necessidade do equilíbrio de levar a infraestrutura principalmente de mobilidade para a periferia, ao mesmo tempo levando em conta a questão da preservação.

Também as construtoras não podem fazer o que querem. Não pode ser que o adensamento (Palmas) signifique a expulsão. Porque o adensamento serviria se fosse para a população pobre. O problema é que quando chega o adensamento a população pobre é expulsa para a periferia da periferia e quem fica no adensamento é quem tem dinheiro, quem pode ter dois carros, quem não precisa.

O adensamento é para quem precisa, não para as construtoras ganharem lucros absurdos, fazendo o que querem.

Por último, quero falar sobre a regularização fundiária, algo muito necessário para a zona Norte. É verdade que aprovamos o projeto, inclusive, por unanimidade, na Câmara Municipal. Foi uma iniciativa do Vereador Fabio Riva, que abriu coautoria para os demais Vereadores, mas nós precisamos pensar em como garantir dentro da revisão do Plano Diretor a verba destinada para a regularização fundiária do Fundurb.

Na legislação do Fundurb está registrado de forma genérica que uma parte do fundo é destinada para a regularização fundiária. Mas talvez tenha de ter – estou fazendo uma proposta de emenda – uma verba destinada específica para a regularização fundiária. Lembrando que isso não significa também fazer PPP e expulsão das comunidades, como é o caso da reivindicação da Comunidade Futuro Melhor. Quem mora lá quer regularização fundiária e quer

continuar morando onde já mora há 50 anos. (Palmas) É uma resistência da Comunidade Futuro Melhor de continuar, pois muita gente nasceu, viveu e foi criado, tem que continuar lá. Não será que com PPP a população seja expulsa do lugar.

O Plano Diretor tem um grande princípio, preconizando que a população que precisa tem de continuar morando no lugar onde nasceu, viveu, foi criada, onde tem suas relações sociais, sua escola, sua memória e história. A história dessa população de São Paulo tem de ser respeitada na revisão do Plano Diretor.

Muito obrigada, Sr. Presidente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Vereadora Silvia.

Antes de passar a palavra aos demais, até para que não fique a sensação de que a Sra. Renata Esteves não foi respondida, tomei o cuidado de levantar no projeto do Plano Diretor, enviado pelo município, especificamente a pergunta dela sobre o artigo.

Artigo 29, da norma, “dispõe sobre a cota de responsabilidade e solidariedade que consiste na produção de Habitação de Interesse Social pelo próprio promotor”, ou seja, pelo Executivo, “doação de terrenos para produção de HIS, ou seja, Habitação de Interesse Social ou doação de recursos ao município para fins de Habitação de Interesse Social e equipamentos públicos sociais complementares à moradia. Também prevê que empreendimentos com área construída computável superior a 20 mil metros quadrados poderão alternativamente à destinação de 10% da área construída computável para habitação de interesse social, conforme previsão em lei original. Produzir isolada ou de forma associada atualmente somente de forma isolada empreendimento de HIS com no mínimo a mesma área construída em outro terreno, ou seja, um novo empreendimento de habitação de interesse social. Doar terreno isolada ou de forma associada, atualmente é somente de forma isolada, de valor equivalente a 20%, atualmente é 10%, do valor total da área do terreno empreendido ou depositar no Fundurb o equivalente a 20% (...)” Atualmente, são 10%.

“(…) do valor da área total do terreno destinada à aquisição de terreno ou subsídio para a produção de HIS, principalmente em ZEIS 3, que são áreas de ocorrência de imóveis

ociosos, subutilizados, não utilizados, encortçados ou deteriorados, localizados em regiões dotadas de serviços, equipamentos e infraestrutura urbana boa para a oferta de emprego.”

Então, essa é a resposta específica, especificamente, também, quanto ao artigo, Sra. Renata.

Pergunto aos demais Vereadores se algum dos colegas gostaria de fazer uso da palavra. Tem a palavra o Vereador Rodrigo Goulart, Relator da revisão do PDE.

O SR. RODRIGO GOULART – Bom dia a todos e a todas.

Cumprimento a Vereadora Silvia da Bancada Feminista. A Vereadora Dra. Sandra Tadeu não está, mas cumprimento toda a Mesa e as autoridades presentes, bem como o público que participou desta audiência.

É a terceira audiência regional. Já fizemos a da zona Sul, a do Centro e, hoje, aqui, na zona Norte, parte das audiências, porque nós teremos tantas outras. Os 23 locais foram definidos pela Comissão de Política Urbana e as demais 30 audiências têm sido decididas em cada uma das comissões temáticas, que são as responsáveis pelas reuniões conjuntas.

Quero anunciar e registrar a presença do Subprefeito de Santana, Sr. João Neto.

Deixo claro que haverá participação em cada uma das Subprefeituras. Os três Subprefeitos que estão presentes sabem que a população tem o acesso garantido a pelo menos a rede de computador que dê acesso ao *site* da Câmara Municipal para que possam fazer as suas contribuições nas praças de atendimento e também nas unidades do Descomplica, nas Subprefeituras onde houver.

Anotei muitas das contribuições. É importante dizer que nós temos a participação virtual. Inclusive, o Vereador Eliseu Gabriel está participando da audiência, assistindo, acompanhando, além da assessoria presente. São vários os pontos que nós acompanhamos, mas, do muito que foi dito aqui, a questão ambiental é uma grande preocupação deste Relator. Temos discutido com as diversas bancadas sobre a criação ou o melhor investimento do que recebemos de outorga ou de outros fundos para melhoria da questão da drenagem, principalmente, na cidade. Nós tivemos episódios trágicos nos últimos meses. Essa é uma

grande preocupação que temos discutido. Há a questão da Habitação de Interesse Social, de que muito se falou.

Só lembro que, com relação a todas as contribuições que nós recebemos, nós iremos retornar, de alguma forma, a cada um dos que se manifestaram, seja por meio da assessoria, da Secretaria da Comissão, seja por meio de cada um dos gabinetes, mas, de toda forma, nós temos a questão dos conselhos. A Vereadora Silvia da Bancada Feminista estava me lembrando do artigo 48. Falou-se da sugestão do Governo, de alteração, que foi enviada para nós, lembrando que não é a desobrigação da criação, mas uma forma da regulação desse conselho, do funcionamento do conselho – o que é a previsão, mas não é garantido que nós vamos alterar, do jeito que veio do Executivo. Nós ainda estamos em discussão, para que no relatório possamos aprimorar, de alguma forma, esse projeto, não só nessa questão dos conselhos, mas em tantas outras, como a questão da entrega da HIS.

Todos sabem da questão do Fundurb. Nós recebemos o valor da outorga, que vai para o Fundurb. No Fundurb, é destinado para habitação, mobilidade e outros investimentos, mas, na questão da habitação, o que temos discutido com todas as bancadas, inclusive do PT e do PSOL, na verdade, é a forma mais efetiva de entrega da habitação. Nós temos a demarcação da ZEIS feita pelo PDE, também reafirmada na Lei de Uso e Ocupação, mas não adianta lá haver só área demarcada. Então, o que temos discutido muito é essa efetivação da entrega, sendo construída, como agora, no programa Pode Entrar, aprovado pela Câmara, um projeto do Prefeito Ricardo Nunes, e nós fazemos na iniciativa privada a compra dessas unidades, ou já prontas, ou em projeto, em construção. Então, é exatamente nesse sentido o que nós temos buscado e iremos trazer nesse relatório uma maior efetividade na entrega dessas unidades habitacionais. É muito bonito só no discurso, mas a parte mais bonita de tudo isso é fazermos a entrega das chaves. É isso, com certeza, o que a população espera da nossa parte, não só do Legislativo, mas também do Executivo.

Eu acho que isso foi a maior parte das demandas e tenho certeza de que durante todas essas audiências públicas ouviremos muito, com vocês podendo, de forma virtual, nos

trazer essas contribuições para que possamos aprimorar, nessas discussões com os 55 Vereadores, esse importante projeto da cidade. Estamos discutindo o futuro para, pelo menos, o ano de 2029 e nesta revisão intermediária nós estamos revendo o que não deu certo dessa legislação que está vigente desde 2014 – lembrando que essa revisão já estava prevista para acontecer em 2021, mas, infelizmente, devido à pandemia, nós tivemos de prorrogá-la e estamos agora em um momento certo, da forma certa, com a participação popular garantida durante todo o processo.

Só para encerrar, gostaria de cumprimentar a sempre Vereadora Lídia Correa, que me conhece da fralda. É um prazer revê-la.

Muito obrigado e parabéns pela participação de todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Vereador Rodrigo Goulart.

Quero, mais uma vez, agradecer a presença de todos. Agradeço as contribuições, os comentários, as críticas, as sugestões. Este é o grande objetivo das audiências públicas: que consigamos absorver o máximo das demandas da população. É a população que vive na ponta, que sabe onde está o problema, diariamente. Esse tipo de contato, para nós, faz toda a diferença, até para que consigamos desenvolver o melhor Plano Diretor possível, que atenda ao máximo aos anseios de toda a população. Então, eu lhes agradeço muito pela participação.

Quero agradecer, também, ao gestor do CEU, Sr. Eduardo Grossklaus, que nos recebeu, disponibilizou o local e organizou este evento. Muito obrigado.

Ficamos, todos nós, Vereadores, à disposição de todos vocês, na Câmara de São Paulo, também, para que tragam as demandas e possamos atendê-los. Muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a presente audiência pública.

Tenham todos um ótimo final de semana. (Palmas)